



# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director interino: Cordeiro Pereira

## Inflação já é inferior a 10% (pela primeira vez desde há 17 anos) e desemprego está a diminuir

Página 2

### Conselho de Ministros

## Estimulada a promoção e divulgação do Seguro entre os agricultores

No final da reunião do Conselho de Ministros, presidida por Cavaco Silva, realizada no passado dia 11, foi distribuído o seguinte comunicado:

1. O Conselho de Ministros ouviu uma exposição do Ministro da Educação sobre o sistema educativo e perspectivas estratégicas de desenvolvimento de médio prazo e ainda sobre a abertura do ano lectivo de 1987/1988.

2. O Seguro de Colheitas instituído pelo Decreto-Lei n.º 395/79, de 21 de Setembro, veio criar um importante mecanismo de protecção do agricultor contra prejuízos provocados nas suas culturas por razões inesperadas.

Constata no entanto o Governo que as Empresas Seguradoras não têm aderido com o dinamismo desejado a estes esquemas de seguro em virtude dos elevados prejuízos que o fun-

cionamento do sistema lhes acarreta.

Assim, decidiu o Governo com o novo diploma diminuir a contribuição obrigatória das Seguradoras para o Fundo de Compensação esperando-se com

esta medida a adesão destas empresas à promoção e divulgação do Seguro entre os agricultores.

O bom funcionamento do Seguro de Colheitas representa uma grande segurança para os agricultores,

indo também o preceituado no diploma ao encontro da aspiração por eles manifestada na medida em que é abolida a franquia de 5% a cargo do segurado. O agricultor passa, a receber indemnizações qualquer que

seja o valor do sinistro.

3. Foram aprovados dois diplomas tendo em vista a constituição e funcionamento da Cooperativa Sinfónica, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e fa-

cultando a passagem dos músicos das Orquestras Sinfónicas de Lisboa e Porto da Radiodifusão Portuguesa, E.P., em regime de comissão de serviço, para a referida Cooperativa. Pretende o Governo, deste modo, valorizar e privilegiar a qualidade neste domínio.

4. O Governo deliberou determinar que o nome do Doutor Jacinto de Magalhães passe a integrar a designação do Instituto de Genética Médica, instituição que constitui o momento privilegiado do seu legado à saúde dos Portugueses.

Desta forma o Governo pretende prestar pública homenagem à memória do cidadão e do médico que se distinguiu pela elevada qualidade científica e técnica e pela estatura moral e cultural por que pautou toda a sua actuação.

### Debate do Programa do XI Governo Constitucional

## Intervenções de João de Deus Pinheiro e de Rui Salvada

Páginas 3, 4, 8 e 9

# Pela primeira vez desde há 17 anos a inflação é inferior a 10%

Pela primeira vez desde há 17 anos, a taxa anual de inflação portuguesa situou-se em Agosto último abaixo dos 10 por cento, fixando-se nos 9,9 por cento, indicam as últimas estatísticas oficiais.

A última vez que, em Portugal, a taxa de inflação anual teve apenas um dígito, foi no final de Dezembro de 1970, quando se situou nos 5,4 por cento.

O período de desaceleração mais acentuado da taxa de inflação desde 1970, iniciou-se em finais de 1985, ano que terminou com uma taxa anual de 19,3 por cento, comparativamente aos 29,3 por cento no final de 1984.

Comparativamente à taxa registada no mesmo mês do ano passado, a inflação anual de Agosto

deste ano foi 3,5 pontos percentuais inferior (13,5 contra 9,9 por cento).

Em Julho último, a inflação anualizada fora de 10,1 por cento, tendo os preços subido durante o mês de Agosto 1,1 por cento.

Os preços da classe «vestuário e calçado» do Índice de Preços no Consumidor (indicador da inflação) continuam a aumentar a

um ritmo superior ao das restantes classes.

Relativamente à variação média dos últimos 12 meses que terminaram em Agosto, que corresponde à inflação anualizada, foram as seguintes as variações registadas nas classes do IPC, comparadas com as de igual período de 1986:

Alimentação e bebidas = + 8,8 por cento.

Vestuário e calçado = + 19,9 por cento.

Despesas da habitação = + 7,1 por cento.

Diversos = + 9,9 por cento.

Comparando os oito primeiros meses deste ano com o mesmo período de 1986, o índice cresceu 9,4 por cento; variação que se vem verificando desde há três meses.

## A INFLAÇÃO DESDE 1970

1970	— 5%
71	— 10,7%
72	— 10,9%
73	— 12,9%
74	— 27,7%
75	— 20,4%
76	— 19,3%
77	— 27,3%
78	— 22,1%
79	— 24,2%
80	— 16,6%
81	— 20,0%
82	— 22,4%
83	— 25,5%
84	— 29,3%
85	— 19,3%
86	— 11,7%
87 (Agosto)	— 9,9%

## Informação do Instituto de Emprego e Formação Profissional

# Número de desempregados sofreu forte diminuição

O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego diminuiu 5,3 por cento em Julho, em comparação com o mês anterior, tendo descido 8,8 por cento relativamente ao semestre anterior, informou o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Esta tendência fica a dever-se a uma intensificação dos controlos de candidatura, ao recrudescimento dos programas ocupacionais e à maior capacidade de absorção de mão-de-obra demonstrada pelo mercado do trabalho, considera o Instituto.

No fim do mês de Julho

os pedidos de emprego por satisfazer em todo o País eram de 312 734, dos quais 284 223 se referiam a desempregados.

Segundo o IEFP, o movimento descendente do desemprego ocorre em todas as categorias, sendo 23,2 por cento inferior em termos anuais e de 5,3 por

cento em relação a Junho.

Quanto às medidas de desemprego no fim dos meses de Janeiro a Julho, a variação foi de 8,8 por cento em relação ao período homólogo do ano anterior, em todas as regiões, à excepção da Madeira, a acompanharem esta tendência decrescente.

Segundo as estatísticas do IEFP, estavam ocupados no fim de Julho nos diversos programas de ocupação 32 431 trabalhadores.

No programa mais participado, o OTJ, ocuparam-se 18 242 jovens, enquanto o ATD abrangia 11 807 desempregados de longa duração, sendo bastante infe-

rior a frequência dos outros dois programas.

O IEFP salienta que o Alentejo participou com 10 238 indivíduos nestes programas, ou seja, um para três que estavam desempregados, enquanto essa relação no resto do Continente é de um para nove.

## Nas suas férias, leia e divulgue o «Povo Livre»



**Povo livre**  
ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: \_\_\_\_\_

MORADA: \_\_\_\_\_

COD. POSTAL: \_\_\_\_\_ LOCALIDADE: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: NOVA  RENOVAÇÃO  SEMESTRAL  ANUAL

Junto envio cheque nº \_\_\_\_\_

Segue vale de correio nº \_\_\_\_\_

Junto numerário no valor de \_\_\_\_\_ (Assinatura) \_\_\_\_\_

### TABELA DE ASSINATURAS

Pagamento adiantado

#### CONTINENTE

6 MESES (26 números).....	700\$00
12 MESES (52 números).....	1250\$00
APOIO (52 números).....	2000\$00

#### REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números).....	800\$00
12 MESES (52 números).....	1550\$00
APOIO (52 números).....	2000\$00

#### ESTRANGEIRO

	SEMESTRAL	ANUAL
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU.....	1400\$00	2750\$00
OUTROS PAÍSES.....	1900\$00	3500\$00

## Debate do Programa do XI Governo Constitucional

João de Deus Pinheiro

# Continuidade na política externa traduz o consenso entre as forças democráticas

É clara a linha de continuidade entre as orientações do XI Governo em matéria de política externa e as que ao longo dos últimos onze anos foram defendidas por governos anteriores, continuidade que traduz o marcado consenso existente entre as forças democráticas quanto às grandes opções nacionais neste domínio.

Consenso que se tem afirmado também no plano institucional entre os órgãos de soberania e que deriva da convergência inequívoca. Em torno de valores fundamentais do mundo ocidental, como são a liberdade, a democracia pluralista, os Direitos do Homem e a opção pelo diálogo político como forma superior de dirimir conflitos e buscar a paz.

Consenso que deriva, ainda, do modo como é perspectivada a posição geo-estratégica de Portugal, como é encarado o papel de Portugal no concerto das nações, de como é valorizada a nossa matriz histórica e cultural.

Consenso que tem permitido um desempenho externo coerente e respeitado.

E se assim foi no passado recente, mau grado a sucessão de governos e as dificuldades da nossa economia, há bons motivos para acreditar que, no presente, o nosso país dispõe de condições favoráveis para um desempenho mais activo na cena internacional em que se privilegiem iniciativas.

Com efeito, a estabilidade política derivada das eleições recentes, a tendência positiva da nossa evolução económica e social, a adesão às comunidades europeias e, mais do que isso, o encorajador balanço da 1.ª fase de adesão, a melhoria significativa do relacionamento com os países de expressão oficial portuguesa, o êxito das negociações com a República Popular da China sobre Macau, e de um modo geral, a reaproximação feita a regiões ou países com passado histórico comum, são factores importantes que reforçam a credibilidade e o respeito internacional de Portugal.

Nesta óptica, entende o Governo ser oportuna e justificada a orientação acima expressa, tendo naturalmente como primeira e inequívoca linha de preocupação a defesa e promoção

dos interesses de Portugal e dos portugueses.

Importa, porém, que a coerência e credibilidade da nossa política externa e a maior agressividade ora preconizada, possa corresponder um nível de eficácia adequado.

Para tal será imperioso, nalguns casos, rever e outros, reforçar, os esquemas de coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, departamento onde confluirão necessariamente diferentes projectos e propostas e de onde partirão numa perspectiva de unidade as orientações e os

## A Integração Europeia e a redução das assimetrias regionais

O êxito do processo de integração europeia constitui, reconhecidamente, um dos factores decisivos para o desenvolvimento e a modernização do País, objectivo que constitui meta primacial de toda a actuação do Governo.

Neste sentido, cuidar-se-á de aproveitar, bem e depressa, as vantagens económicas e financeiras que o contexto comunitário nos

**O êxito do processo de integração europeia constitui, reconhecidamente, um dos factores decisivos para o desenvolvimento e a modernização do país, objectivo que constitui meta primacial de toda a actuação do Governo.**

apoios necessários.

Tal exigirá, em primeira instância uma intensa coordenação intersectorial que se fará — e a adopção de novos instrumentos e métodos de actuação.

Exigirá, também, a revisão das fórmulas de interacção entre a nossa rede diplomática e consular e os serviços centrais do Ministério, particularmente no campo da informação recíproca e da definição e posterior acompanhamento de objectivos estratégicos a prosseguir no exterior.

Exigirá ainda, uma participação mais activa do nosso corpo diplomático quer na formulação de opções, quer na execução de orientações globais de estratégia estabelecidas em cada caso.

Importará, finalmente, o prosseguimento da reforma das estruturas orgânicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a revisão da nossa rede diplomática e consular, à luz dos estudos em curso e da experiência colhida.

Não obstante o risco óbvio de repetir alguns aspectos do programa apresentado e de referir teses consensualmente adquiridas, gostaria de abordar prospectivamente alguns aspectos da política externa que tenderão a influenciar o nosso futuro nos próximos anos.

E começo, naturalmente, pela integração europeia.

proporciona, tirando partido das transições acordadas e maximizando os efeitos positivos para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Mas não se reduzirá a nossa presença na vida comunitária apenas à obtenção de algumas vantagens para Portugal. O Governo assumirá atitude sempre activa no processo de construção europeia, aceitando em pleno a nossa responsabilidade como parceiro europeu, indispensável na

**O Governo empenhar-se-á também, no plano imediato, em promover a concretização do programa de modernização da indústria portuguesa com o apoio comunitário, o que deverá ocorrer o mais tardar — no início do próximo ano.**

consolidação duma Europa mais coesa, mais moderna, mais segura.

Reconhece-se que a comunidade está hoje perante grandes desafios que vão marcar a Europa no terceiro milénio. Por um lado, terá de se ajustar ao alargamento ao Sul consagrado nos últimos anos e que alterou, de forma substancial, o seu perfil económico e social.

Por outro lado, deverá responder ao progresso tecnológico dos outros grandes parceiros industrializados, à agressividade con-



correncial dos novos países industrializados, à construção da sociedade pós-industrial e às novas condições da economia mundial.

Neste contexto, as reformas comunitárias deverão alinhar-se pelos seguintes objectivos: realização do mercado interno alargado; reforço da coesão económica e social do espaço comunitário; recuperação da competitividade da economia europeia à escala mundial; realização da chamada Europa dos cidadãos; reforço da intervenção activa e construtiva da Europa na cena internacional.

Para atingir estes deside-

mesmo passo, estabelecer um novo sistema de financiamento que tenha em conta a prosperidade relativa dos estados membros; terá ainda de promover novas políticas no campo do ambiente, do apoio tecnológico às pequenas e médias empresas e às novas tecnologias.

A consagração de um espaço sem fronteiras, até finais de 1992, deverá associar-se estreitamente ao esforço da comunidade para reduzir as assimetrias regionais e desenvolver aceleradamente as zonas estruturalmente desfavorecidas. Trata-se de equilíbrio fundamental, sem o qual se avolumarão as tensões económicas e sociais no seio da Europa e se poderá comprometer a própria realização da união europeia.

Portugal defenderá também a promoção e dignificação da chamada Europa dos cidadãos que traduz, no essencial, a dimensão social e cultural da Comunidade. A livre circulação dos cidadãos da Comunidade, a valorização dos recursos humanos, o intercâmbio de jovens, a cooperação entre universidades e outras instituições de ensino, com o mundo científico, tecnológico e empresarial, a melhoria da qualidade de vida, o intercâmbio cultural, a defesa do ambiente, a protecção dos consumidores, a concertação social são alguns dos domínios que merecerão o apoio do Governo. A Comunidade não realizará os seus grandes objectivos se se quedar apenas por um projecto de união aduaneira corrigido por alguns fluxos financeiros com re-

duzido impacto macro-económico.

O Governo empenhar-se-á também, no plano imediato, em promover a concretização do programa de modernização da indústria portuguesa com o apoio comunitário, o que deverá ocorrer — o mais tardar — no início do próximo ano.

A primeira presidência da Comunidade que caberá a Portugal desempenhar ocorrerá no primeiro semestre de 1992.

A dignidade inerente a essa responsabilidade, bem como a complexidade das matérias em causa, exigem uma cuidada preparação a encetar desde já. Haverá que assegurar não só as infra-estruturas indispensáveis a essa tarefa, mas também a adequada formação dos recursos humanos.

O Governo não deixará de prosseguir um diálogo regular e transparente com a Assembleia da República em tudo o que respeita aos assuntos comunitários, mas em rigoroso respeito pelas competências dos diferentes órgãos de soberania e salvaguardando sempre a capacidade negocial que cabe ao Governo exercer para assegurar a defesa dos superiores interesses do País.

A relevância das organizações internacionais no Mundo de hoje é uma evidência.

Bastará ter presente que o seu número ascende a cerca de 330.

Daqui decorre que a audiência e prestígio de um País na cena internacional é, em grande parte, determinada pelo seu papel e actuação nos diferentes organismos internacionais, bem como nos múltiplos domínios que estes abrangem. Sem ignorar as carências e limitações próprias desses organismos, em particular do sistema das Nações Unidas, importa ter em conta que os organismos internacionais constituem, desde que apropriadamente utilizados, um trunfo para os pequenos países que, de outro modo, se arriscam ao isolamento ou à mera relação bilateral.

Neste plano, a adesão de Portugal às comunidades europeias e a sua inserção nos mecanismos da cooperação política europeia é um novo elemento a ter presente.

Com efeito, e sem esquecer a defesa dos nossos interesses e a percepção que nos é própria, a diversidade

(Continua na página 4)

João de Deus Pinheiro

# Diálogo intenso e uma relação estreita entre o Governo e a Assembleia da República

(Continuação da página 3)

e premência dos assuntos a que somos chamados a intervir (por exemplo América Central; Médio Oriente; África Austral; Terrorismo; Droga) implica, sempre que possível, a procura de soluções que, no seio dos organismos internacionais, seja comum aos doze. Se esta situação implica, por um lado, certas exigências de disciplina do seu funcionamento, confere-nos, paralelamente, uma potencialidade acrescida resultante de pertencermos a um bloco com peso e dimensão na vida internacional.

Isto verifica-se com particular incidência no quadro das relações com a Convenção de Lomé, nas Nações Unidas e suas agências especializadas.

Dado quanto antecede, entende o Governo prestar particular atenção aos campos de acção que se prendem com a cooperação para o desenvolvimento e os Direitos do Homem, aproveitando os mecanismos existentes no quadro de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, Cultura (Unesco), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Comissão dos Direitos do Homem (CDH), Conselho da Europa (CE), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e, no âmbito comunitário, a Convenção de Lomé.

Ainda no plano das organizações internacionais pretende o Governo estimular e apoiar decididamente candidaturas de cidadãos portugueses aos escalões médios e superiores de organizações, que actualmente são em número extraordinariamente escasso.

## A cooperação e as Comunidades Portuguesas

A cooperação é hoje vista como uma política nacional.

Nacional porque tem o consenso de todas as forças políticas e mobiliza todos os departamentos oficiais e até organizações não governamentais. Nacional, ainda, porque serve e deve servir valores e interesses permanentes do Estado.

Ao Governo português cabe, portanto, dar expressão a essa política de Estado, entendendo-a como política a longo prazo cujos resultados não podem

ser casuisticamente aferidos ao sabor de interesses parcelares. E deverá o Governo continuar a fazê-lo, chamando a si a coordenação de todos os esforços provenientes dos mais variados sectores, para que estes se potenciem reciprocamente e respeitem prioridades perspectivadas no plano do interesse nacional português, sem deixarem de atender às reais necessidades dos nossos parceiros, nomeadamente dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Nestas condições, o Governo português conferirá cada vez maior relevância às áreas sócio-cultural, científica e tecnológica. Trata-se, com efeito, de domínios que mais resistência oferecem à erosão do tempo e às contingências dos interesses.

Dentro dela, por seu turno, vêm sendo considerados e tratados como prioritários sectores como os da Educação e Cultura, especialmente no concernente ao ensino e expansão da língua portuguesa, saúde e formação de quadros.

No que se refere à Educação e Cultura, importa salientar a preocupação com a criação de centros culturais, as missões de levantamento global de necessidades, já realizadas ou projectadas, e a formação de professores que assegurem este ensino da forma mais vasta possível.

Também no que toca à Saúde, a experiência portuguesa neste âmbito, o conhecimento dos problemas tropicais que temos em Portugal, a existência de instituições especializadas, colocam-nos em posição privilegiada, que nos permitiram já algumas significativas intervenções.

Quando à formação de quadros, designadamente médios e superiores, trata-se de condição indispensável ao desenvolvimento da cooperação em todos os domínios.

Prosseguir-se-á, assim, intensificando-a, a concessão de bolsas de estudo e de formação profissional, o envio de cooperantes (em condições mínimas indispensáveis ao seu recrutamento e fixação) e o envio de missões de curta duração em áreas prioritárias.

A cooperação portuguesa na área técnico-económica tem sido desenvolvida numa frente muito ampla onde estão representados os mais diversos sectores com especial incidência na área da formação profissional.

Portugal tem, como já referi, contribuído e participado na dinamização da cooperação internacional no âmbito multilateral, nomeadamente a nível da Organização das Nações Unidas e da Comunidade Europeia.

O esforço português de cooperação na área técnico-económica, que é importante — se considerarmos a dimensão dos recursos dos países — e que só tem sido possível pela generalizada percepção das especiais responsabilidades históricas de Portugal particularmente no que se refere a África, encontra-se de algum modo prejudicado pelo grande peso relativo que assume o vector financeiro.

Para ultrapassarmos este condicionalismo impõe-se a adopção de uma estratégia selectiva de que constarão essencialmente as seguintes orientações:

1 — Estreitamento das relações com as agências especializadas das Nações

**Também no plano cultural importará intensificar o intercâmbio, e em especial com o Brasil, tendo em conta o comum desejo de defesa e expansão da língua portuguesa e aproveitando desde logo os ensejos abertos pelas comemorações dos 500 anos dos descobrimentos.**

Unidas e outras organizações internacionais, vocacionadas para a cooperação económica e o desenvolvimento que permitam uma maior participação nos projectos multilaterais a cargo das mesmas.

2 — Recurso à cooperação tripartida com países económica e financeiramente mais fortes para projectos onde a componente portuguesa seja mais do que proporcional à sua contribuição financeira.

3 — Maior equilíbrio entre o esforço actualmente dispendido na cooperação financeira e o consagrado à cooperação técnico-económica propriamente dita procurando, por outro lado, beneficiar o sector de investimento.

4 — Rentabilização das acções de cooperação,

tendo em conta as características específicas e as necessidades prioritárias de cada um dos nossos parceiros, as melhores capacidades técnicas de que dispomos e a mobilização dos recursos humanos portugueses de reconhecida vocação e especial aptidão para acções deste tipo.

Portugal tem revelado particularmente no âmbito das comunidades europeias, especial compreensão pelos problemas candentes com que se debate aquela região do globo, nomeadamente os que se prendem com a plena democratização, a dívida externa e os conflitos na América Cen-

divulgação da nossa cultura.

Neste espírito, o Governo propõe-se reforçar o elo mais forte que liga todos os portugueses, precisamente constituído pela Língua e Cultura Portuguesas, atra-

**A cooperação é hoje vista como uma política nacional. Nacional porque tem o consenso de todas as forças políticas e mobiliza todos os departamentos oficiais e até organizações não governamentais. Nacional, ainda, porque serve e deve servir valores e interesses permanentes do Estado.**



5 — Finalmente, privilegiar-se-ão os projectos integrados relativamente a acções pontuais e os programas plurianuais em relação aos projectos anuais de menor continuidade.

O Governo entende que a política de cooperação deverá prosseguir em termos de valorizar os meios disponíveis no quadro de uma coordenação criteriosamente definida em função de uma visão global.

Sem prejuízo de uma revisão das actuais estruturas serão activadas a Comissão Interministerial para a Cooperação e a Comissão Consultiva para a Cooperação.

Incentivar-se-á a realização regular de reuniões das comissões mistas com vista à consolidação do papel de relevo que têm vindo a adquirir.

Não compete naturalmente ao Estado substituir-se a muitas das entidades, agentes e grupos que actuam no domínio da cooperação, mas cabe-lhe possibilitar-lhes a articulação e a colaboração de que necessitam numa visão equilibrada e harmoniosa de interesse geral.

Assim, serão atingidos os objectivos nacionais no que diz respeito à política de cooperação.

A reaproximação global à América Latina tem constituído um dos objectivos da política externa portuguesa, sendo de destacar neste contexto o cordial relacionamento com a virtual totalidade dos países da zona, o particular reforço de algumas relações bilaterais em passado recente e, acima de tudo, o especial, quiçá único, relacionamento com o Brasil, reimpulsionado significativamente nos últimos meses.

tral, sendo hoje reconhecido pelos doze o papel essencial de Portugal no entendimento entre a CEE e a América Latina.

No que ao Brasil respeita, a cooperação nos planos político, económico e cultural afigura-se particularmente importante, não só pelos laços históricos que unem os dois países, mas pelos condicionalismos em que se move a política externa de ambos os países.

Particular ênfase será posta pelo Governo na criação de condições efectivas para um mais intenso relacionamento económico, designadamente através de «joint ventures» entre empresas de Portugal e do Brasil, e como via para atenuar o nosso «déficit» comercial com os países da América Latina.

Também no plano cultural importará intensificar o intercâmbio, e em especial com o Brasil, tendo em conta o comum desejo de defesa e expansão da Língua Portuguesa e aproveitando desde logo os ensejos abertos pelas comemorações dos 500 anos dos Descobrimientos.

Todos estamos cientes da importância e influência das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, quer como elemento integrante da Nação Portuguesa, quer pelo papel que desempenham nos respectivos países de acolhimento. Temos também consciência dos problemas com que se defrontam os portugueses residentes no estrangeiro em domínios como os do ensino, da aprendizagem do português, do emprego, da segurança social e do retorno, bem como do enorme trabalho que urge realizar nos campos da informação e da

divulgação da nossa cultura. Neste espírito, o Governo propõe-se reforçar o elo mais forte que liga todos os portugueses, precisamente constituído pela Língua e Cultura Portuguesas, atra-

divulgação da nossa cultura. É especialmente sensível a situação da segunda e terceira gerações, em especial dos jovens — que, em muitos casos, mal falam a nossa língua. Por isso, o Governo desenvolverá e apoiará todas as actividades que visem o estreitamento dos laços que deverão continuar a ligar esses portugueses à Pátria, nos domínios cultural, social e económico.

É firme desejo do Governo que as grandes opções em matéria de política externa possam colher o maior consenso nacional possível.

Tal implica, necessariamente, um diálogo intenso entre os diferentes órgãos de soberania e particularmente uma relação estreita entre o Governo e a Assembleia da República na procura das melhores soluções nacionais na defesa de um Portugal não somente soberano, mas afirmativamente independente, não somente ibérico, mas Europeu e Atlântico e decididamente activo na construção de um Mundo que queremos melhor para os nossos filhos.

# JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

## JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 332 • 16 DE SETEMBRO DE 1987

COORDENADOR

**PEDRO GOMES**

COORDENADORES-ADJUNTOS

**MANUEL DUARTE**

**PAULO GUEDES DA SILVA**

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 674

NESTA EDIÇÃO

• AMBIENTE

• CONVOCATÓRIAS

# POLUIÇÃO DE SOLOS

O ambiente é tudo o que nos rodeia, isto é, o homem é o centro e o resto é o que o envolve, ou seja, o ambiente. A Natureza é chamada a fracção não antropomorfizada do ambiente. E a natureza, será que ainda existe? De facto ela é conhecida pela ciência, domesticada pela técnica, organizada e planificada pela economia e política, transformada pelo trabalho e transfigurada pela arte.

A agricultura é a primeira manifestação efectiva do homem sob o ambiente. Ela marca o início da exploração pelo homem da Natureza, representa assim uma ruptura da harmoniosa relação homem (ser vivo)-ecossistema em que o primeiro era uma parte integrante do segundo. O homem sempre alterou em maior ou menor extensão e profundidade o meio que o rodeia e a agricultura tem tido um papel particularmente significativo a este respeito. As transformações na fisionomia da paisagem revelam bem esse aspecto, extensas plantações em monocultura, terraços ou socalcos, terrenos nivelados e desprovidos de vegetação, canais de rega, construções hidráulicas, sebes, etc.

A acumulação maciça de mudanças que as sucessivas evoluções tecnológicas acarretam na prática agrícola e que se expressava no âmbito rural não conduziram a grandes comentários, apenas eram acompanhadas de grande admiração e satisfação por parte dos técnicos e agricultores. Apesar de nem sempre os

plorações agrícolas compartilham o ambiente rural com outro importante sistema que requer protecção porque está em risco perante os desenvolvimentos da agricultura.

As consequências da tendência do Homo Sapiens de moldar a Natureza de acordo com os seus interesses começam a ser reveladas. Foi lançado o alerta a natureza corre perigo.

**«A poluição não é mais que o produto da actividade dos homens. A agricultura embora não seja o principal potencial poluente não está completamente isenta de responsabilidades».**

O ambiente, ou melhor, o conjunto dos factores ecológicos isto é, dos factores susceptíveis de actuarem directamente sobre seres vivos, pelo menos durante uma fase do seu ciclo, como tecnicamente é definido, está ameaçado a essa ameaça chama-se poluição, que não é mais que o produto da actividade dos homens. A agricultura embora não seja o principal potencial poluente não está completamente isenta de responsabilidades.

A poluição ocorre quando são introduzidos no ar, água ou solo elementos que pela sua natureza ou quantidade, o ecossistema através dos seus mecanismos reguladores é incapaz de alcançar o equilíbrio evoluindo num ciclo de retroacção positivo que pode conduzir à sua des-

## Poluição Atmosférica

A agricultura está longe de ser a principal origem de poluição atmosférica, contudo não deixa de constituir por vezes localmente um problema.

Não existindo equipamento para avaliar em que medida um certo odor ou cheiro é ofensivo ou não, o critério de distribuição é necessariamente subjectivo.

Os cheiros e odores resultam da libertação de gases de estrumes e em outras operações que envolvam gado ou então fertilização com estrumes. Em geral tais gases não constituem um perigo para a saúde e estão associados à dispersão de compostos como a amónia. Não sendo evitáveis podem ser reduzidos quer por solidificação de detritos ou pela adição de adubos fosfatados que não só enriquecem o estrume pobre em fósforo como impedem a formação de amoníaco.

A aplicação incorrecta de pesticidas tem consequências ecológicas e económicas nefastas. Assim a pulverização de plantas em dias ventosos e/ou com equipamentos inadequados isto é não adaptados à planta no sentido da maior percentagem possível do produto químico a atingir, conduz à dispersão do produto na atmosfera. Ao ser arrastado pelas correntes aéreas pode contaminar outras culturas e animais ocasionando doenças ou mesmo morte.

Os fumos produzidos nas queimadas ou noutras actividades agrícolas também poluem a atmosfera devido à libertação de grande quantidade de CO<sub>2</sub>. Podem igualmente diminuir a visibilidade e interferir na radiação fotossinteticamente activa.

Em zonas ventosas em que o solo arável foi transformado num solo erudido como resultado de práticas agrícolas inadequadas, grandes quantidades de

terra fina são arrastadas pelo vento. Tais partículas do solo não só têm um efeito abrasivo, como interferem, reflectindo e absorvendo grande percentagem de radiação útil para a fotossíntese.

## Poluição das Águas

As explorações agrícolas são apenas umas das possíveis origens da poluição das águas que deve ser considerada para tentar manter a boa qualidade da água para consumo e para a vida aquática.

A poluição que as actividades agrícolas podem originar são difíceis de quantificar e controlar pois ao contrário das indústrias e municípios cuja fonte é localizada na agricultura a proveniência é mais diversa. Da actividade agrícola vão resultar fontes difusas de poluição das águas devido à extensão da terra envolvida, à regular exposição e cultivo da superfície do solo ao cada vez mais generalizado emprego de pesticidas e fertilizantes e à deposição de detritos orgânicos de origem animal.

A erosão do solo, o escoamento superficial, o transporte e sedimentação são processos naturais, no entanto em certas áreas devido à actividade do homem a ocorrência natural destes processos foi acelerada.

A destruição da cobertura vegetal protectora do solo para a substituir por culturas de baixa densidade, o abandono em pouso, de terras sem qualquer vegetação, solos temporariamente nus no período mais chuvoso, o cultivo de solos em terrenos declivosos, a compactação excessiva do solo, o seu empobrecimento em matéria orgânica, a destruição de sebes, incorrecta rotação de culturas, e sobre-pastoreio são apenas algumas das práticas agrícolas mais directamente responsáveis pela erosão acelerada. De facto a ausência da cobertura vegetal protectora conduz a um aumento de energia potencial da chuva no seu impacto no solo determinando um maior trabalho morfogenético, contribui para o aumento da razão taxa de escoamento/taxa de infiltração originando um

P. QUELHAS BRITO

arrastamento das partículas do solo. A deterioração da estrutura do solo quer por desagregação pela chuva, diminuição do teor da matéria orgânica ou por lavuras fora do período de sação constituem a principal causa da impermeabilidade do solo, facto que favorece o escoamento e portanto a remoção de transporte das partículas do solo até aos cursos de água. Tais constituintes do solo na sua maioria são arrastados por correntes de água até ao leito dos rios. Para além das óbvias consequências para o solo erodido pois deixa de ser terra arável fértil e em alguns casos até mesmo de ser considerado solo, a água do rio e a sua ecologia são igualmente fortemente afectadas.

Em termos gerais a contradição de erosão dos so-

lhos superiores aquelas que as plantas podem efectivamente absorver, incorporados em condições climáticas menos favoráveis à sua rápida absorção ou então administrados em adubos cuja forma química é menos adequada para aquela cultura solo e clima, tem como consequência a diminuição da qualidade da água.

A poluição das águas como resultado do uso de fertilizantes (adubos) está associada, especialmente ao azoto nas águas subterrâneas e ao azoto e fósforo nas águas superficiais.

O azoto sob a forma nítrica (NO<sub>3</sub>-) ou nítrica (NO<sub>2</sub>-) não é retido química ou fisicamente arrastado por escoamento superficial quando da sua presença em certa quantidade e as condições pulvi-

**«A erosão acelerada directamente associada a uma agricultura abusiva, a destruição da vegetação natural protectora sobre pastoreio representa anualmente biliões de toneladas de solo perdido».**

los promovidas por certas práticas agrícolas para a poluição dos solos são as seguintes:

— assoreamento dos rios, causando a redução da sua capacidade;

— aumento da turvação da água devido à dispersão de partículas de argila;

— a excessivos níveis de crescimentos de algas e plantas aceleradas pelo aumento do teor de nutrientes em solução, especialmente azoto e fósforo;

— aumento das concentrações de metais pesados, pesticidas e outros produtos tóxicos;

— alteração e destruição do habitat aquático;

— redução do valor recreativo das zonas fluviais;

— aumento dos custos para o tratamento das águas para consumo humano, na drenagem das zonas costeiras à foz dos rios bem como da redução da capacidade da bacia das barragens.

Os fertilizantes quando incorrectamente aplicados isto é fornecidos em quan-

métricas favorecem. O fósforo tem um comportamento diferente pois é já retido quimicamente pelo solo e apenas se dissolve nas águas superficiais. O azoto não absorvido pelas plantas, sendo mais móvel é arrastado por infiltração das toalhas freáticas. O destino final deste dois elementos transportados por correntes de água à superfície ou através da drenagem por toalhas freáticas são os rios ou lagos.

Um elevado teor na água destes dois elementos reduz a qualidade da mesma em termos de consumo humano e sob o ponto de vista ecológico. Em relação ao primeiro aspecto a água com concentrações de azoto superiores a 10 mg/dm<sup>3</sup>, é considerada imprópria para consumo pois há risco de interferir com o transporte de oxigénio no organismo, sendo fatal para o feto nos últimos meses de gravidez e crianças até um ano. No âmbito da ecologia do

(Continua na página 6)

**«Resta a esperança que a investigação fundamental, aplicada e operacional, esclareçam as vias que conduzam a técnicas menos agressivas na exploração dos recursos naturais».**

efeitos serem tão propensos como anunciavam, pois os eventuais aspectos negativos que surgissem, eram irrelevantes em relação aos aparentes benefícios. Na verdade tudo levava a fazer crer que agricultura e ambiente eram a mesma coisa. Só mais recentemente com a emergência da consciência ecológica é que se começou a admitir que as ex-

plorações agrícolas mais humano a poluição ocorre quando é adicionado algo ao ambiente susceptível de incomodar o homem independentemente dos efeitos sobre esse ambiente. De qualquer forma poluir é agir.

A agricultura em graus diferentes pode poluir distintos meios, como sejam o ar, a água e o solo.

## PORTO — CONSELHO DISTRITAL

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD convoco o Conselho Distrital para reunir dia 3 de Outubro, pelas 16H00 na sede concelhia de Amarante com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Eleição do companheiro para a substituição de José Pinto Ferreira na Comissão Política Distrital da JSD do Porto.
3. Análise da situação político-partidária.
4. Preparação das jornadas da Juventude Social-Democrática do Porto.

O Presidente da Mesa  
**J. Manuel Meireles**

OBS: Pelo facto de o Conselho Distrital se realizar fora da cidade do Porto, encontrar-se-á até às 14H00 uma camioneta na sede distrital para transportar os senhores conselheiros distritais.

## CEDOFEITA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD convocam-se todos os militantes da secção para o plenário do núcleo de Cedofeita a realizar no próximo dia 18 de Setembro, pelas 21H30 na sede distrital, Rua Guerra Junqueiro, 64 — com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos órgãos da Secção de Cedofeita.

OBS: A votação far-se-á em urna aberta das 21H40 até às 23H30. As listas deverão ser entregues até 10 minutos antes da abertura das urnas.

P<sup>1</sup>ª CPD/JSD Porto

**Antero Pinto**

## RIO TINTO

Ao abrigo dos estatutos convoco todos os militantes para um Plenário a realizar no próximo dia 19.09.87, pelas 21H30, neste Núcleo com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Últimas eleições Legislativas de 19.07.87

O Presidente da C.P. do Núcleo  
**Ana Paula da Silva Mendes**



## GUIMARÃES

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 70 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Guimarães para reunir ordinariamente no próximo dia 25 de Setembro de 1987 pelas 21H00, na sede do PSD sita ao Largo do Toural, n.º 124-2.º com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Análise da situação política
- b) Eleição da CPS

## OEIRAS

«Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, vem por este meio, a CPDL convocar os militantes da JSD da Secção Oeiras (R. Heliodoro Salgado n.º 12 R/C Esq.º), para um Plenário de Secção a realizar no dia 26 de Setembro de 1987, pelas 16H30, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da Situação Política
3. Eleição da Comissão Política Secção e Conselheiros Distritais

O Presidente da CPDL  
**Fernando Ferreira Marques**

## ÍLHAVO

Ao abrigo do art. 72.º dos Estatutos da JSD, convocam-se os militantes da Secção Concelhia da JSD-Ílhavo para uma reunião do Plenário de Secção, a realizar no dia 24 de Setembro (quinta-feira) pelas 21H00, no salão da Junta de Freguesia de S. Salvador de Ílhavo (junto ao mercado), com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Comissão Política de Secção
  - 1.1. Balanço dos primeiros três meses de mandato
2. Análise da situação Político-Partidária

Presidente da Mesa do Plenário  
**Ana Paula Ribau Esteves**

## MIRANDA DO DOURO

De harmonia com os estatutos da JSD convoco os militantes deste núcleo para uma reunião extraordinária a realizar no dia 20 de Setembro de 21.9.87 pelas 15H00 na sede do partido, em Miranda do Douro, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política actual.
2. Eleição dos delegados suplentes à Distrital da JSD.

O Presidente da CP Concelhia da JSD  
**Raúl Silva**

## BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção do Barreiro, para o próximo dia 19 de Setembro de 1987 (Sábado) pelas 15H00, na sede do PSD/JSD, sita na Rua Miguel Bombarda n.º 39 no Barreiro.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Aprovação do regulamento interno

O Presidente da CPS/JSD Barreiro  
**João Massapina**

## TOMAR

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da JSD de Tomar, para reunir a 18 de Setembro de 1987, com início às 20H30, na sede do PSD de Tomar, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da CPS/JSD Tomar
2. Análise da situação política

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção  
**Miguel Miranda Relvas**

NOTA: Ao abrigo do Regulamento Interno, as listas terão que dar entrada na sede concelhia até às 24H00 do dia 10 de Setembro, acompanhadas das declarações de aceitação de todos os candidatos, respectivos programas e subscritas por um mínimo de 10% dos militantes. A votação decorrerá no sistema de urna aberta, ente as 21H00 e 22H30.

# POLUIÇÃO DE SOLOS

Continuação da página 5

meio aquático um meio excessivamente rico em azoto e fósforo, estimula o crescimento e desenvolvimento de algas e outras plantas aquáticas que dadas as condições favoráveis ao competir com as existentes conduzem à eliminação destas. Assim o habitat aquático é completamente alterado desaparecendo certas espécies da fauna e flora de água doce quer por diminuição do teor de oxigénio ou incorporação na água por decomposição microbiana de produtos tóxicos.

Embora muito benéfica para a manutenção e melhoramento da fertilidade do solo os estrumes, chorumes e detritos concentrados de animais domésticos causam por vezes certos problemas de poluição nas águas. Quer as aplicações de grandes quantidades de estrumes em períodos chuvosos com risco de arrastamento ou por desagregamento de detritos líquidos e semi-isolados, provenientes das explorações suínicas, vacárias e aviárias em correntes de água.

A semelhança dos adubos, a matéria orgânica adicionada ao meio aquático também contribui ao

mineralizar-se para o aumento do teor em vários nutrientes. No entanto a sua particularidade está na introdução de seres vivos (micróbios) e seu respectivo substrato (matéria orgânica) e que tem como consequência directa a redução do oxigénio disponível. Tal redução do oxigénio constitui uma ameaça aos seres vivos aeróbios especialmente os mais exigentes como são os peixes. Para além disso provoca a proliferação de bactérias patogénicas tal como a salmonela que pode sobreviver nos resíduos líquidos do estrume vários anos. Outras bactérias inferiores podem ser transmitidas ao homem pelo detritos orgânicos de origem animal tal como a brucelose, tuberculose e tetano.

Os pesticidas, designação que inclui herbicidas, insecticidas e fungicidas cujo uso em todo o lado é cada vez mais frequente pode igualmente comprometer a qualidade da água. A gravidade apresentada por um determinado pesticida como potencial poluente é determinada pela persistência ou capacidade de permanecer inalterado no ambiente; pela quantidade aplicada e sua frequência; mobilidade ou grau de re-

tenção pelas partículas do solo; solubilidade na água; capacidade de ser concentrada nos organismos (bio acumulada); tendência para ser tóxica para outras espécies para além das visadas (possibilidade de causar o cancro, mutações em espécies ou deformações de tecidos). O exemplo do conhecido D. D. T. é particularmente significativo, pois sendo oficialmente proibido o seu uso já há dezenas de anos têm sido encontrados resíduos em sedimentação nas margens dos rios e lagos e foram também descobertas acumulações em tecidos de organismo aquáticos.

A falta de cuidado na aplicação de pesticidas e o desconhecimento das suas características são as principais causas de situações que conduzem à poluição das águas pelos pesticidas.

### Poluição dos Solos

A poluição dos solos refere-se ao dano causado por produtos químicos adicionados em quantidade que adversamente afectam a qualidade do solo.

Os fertilizantes quando incorrectamente aplicados estão por vezes na origem da poluição do solo à se-

melhança do que ocorria com a água. De facto as práticas de fertilização que não estejam de acordo com as exigências do condicionalismo agroclimático e cultural, para além de a curto prazo poderem apresentar ineficácia acabam a médio ou longo prazo, por afectar a fertilidade do solo. Ao ser privilegiado certo tipo de adubos constituidos por um número restrito de elementos nutritivos embora num primeiro momento a planta reaja bem posteriormente surgem desequilíbrios nutritivos ocasionados por aqueles elementos que não foram aplicados e cuja deficiência limita o desenvolvimento da planta. Outro caso do emprego incorrecto de adubos que se reflecte na diminuição da fertilidade do solo é a aplicação de adubos cujas características acentuam mais a reacção ácida ou alcalina do solo.

Assim por exemplo ao aplicar num solo de reacção ácida adubos acidificantes sem se efectuar a calagem surgem inconvenientes vários como a insolubilização de aniões (o fósforo por exemplo), a intoxicação de micronutrientes, inibição da actividade ou morte do Rizóbium das legumino-

sas e outros microorganismos úteis.

Quando são aplicadas grandes quantidades de adubos cujos nutrientes têm elevados índices de salinidade, como é frequente em estufas, pode conduzir à salinidade dos solos. Ora, os solos salinos, devido aos elevados valores de pressão osmótica da sua solução, dificultam ou inibem mesmo em casos extremos, o desenvolvimento da grande maioria das culturas. Acontece mesmo, devido à presença de elevada quantidade de iões desflocculantes (NA<sup>+</sup>), o solo adquire características desfavoráveis.

Para além dos fertilizantes o solo pode ser também contaminado com resíduos de pesticidas e metais pesados, neste caso nem sempre proveniente do meio agrícola, podem vir de esgotos municipais e industriais.

### Outras Repercussões Negativas da Agricultura no Ambiente

A agricultura concorre para o uso da terra com outras actividades como as construções urbanas e de estradas, a industria, zonas recreativas e floresta. Dado o crescimento exponencial

acentuado da população, os meios urbanos e as suas infraestruturas têm que aumentar ao mesmo ritmo, daí que tal competição tende a intensificar-se. Isto é, significa que a agricultura tem que produzir mais em menos terra.

O problema da falta de elementos até à pouco tempo tem sido resolvido aumentando a área de cultivo onde tal era possível. Assim surgiu o arranque, limpeza e queimadas das florestas virgens quer tropicais, intertropicais ou mediterrânicas. Os resultados deram óptimas produções nos primeiros anos seguidos de acentuado decréscimo de produtividade e finalmente o abandono da terra. Terra que quase esgotada em elementos biogénicos indispensáveis à nutrição das plantas e com uma densidade de vegetação mínima caminha a passos largos para a degradação. Em climas húmidos, os solos são lavados e leixivados, o que lhe resta de elementos nutritivos são arrastados para as toalhas freáticas ou por escoamento superficial o complexo coloidal migra para fora do solum levando à podzolização em climas temperados e à lateritização em clima tropical.

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO)

destaque

# URGE MUDAR

Apesar da JSD ser desde sempre a organização política de juventude que mais crédito merece entre os jovens, apesar da Juventude Social-Democrata estar representada no Parlamento através de deputados saídos das suas fileiras, apesar de muitos dos nossos autarcas serem militantes da JSD, apesar de ao nível do Associativismo Estudantil termos uma posição cimeira, o que é certo é que nem tudo é um mar de rosas e que assistimos a uma destruição lenta mas real de muitos dos pilares sobre os quais se tem assentado ao longo dos anos a vitalidade da Juventude Social-Democrata.

Muitas são as razões que poderíamos apontar como causas directas das situações anómalas que registamos na JSD. Seria contudo exaustivo entrar a fundo nesse campo que «daria pano para mangas».

Não tenho uma perspectiva derrotista sobre a evolução futura da JSD, só que me apercebo que se teirmos em persistir em continuarmos em ser meros votantes em Congressos, e não fundamentalmente participantes activos na vida da organização, então as

consequências que daí advirão serão muito negativas para a Jota.

Quero concretamente referir-me à necessidade que existe de se alterar o sistema em que funcionamos. Vivemos num sistema demasiado centralizador e que uma das suas consequências negativas tem a ver directa-

mente com a quebra da militância em muitas Secções onde apenas existe uma actividade partidária sobretudo em tempo de eleições. Até diria mesmo que esse sistema centralizador é res-



ponsável por nos depararmos em muitos conce-  
lhos deste País sem a  
existência de organização  
a nível de JSD, onde  
tudo funciona à margem  
dos Estatutos, dos Regu-  
lamentos, das determina-  
ções emanadas dos Ór-  
gãos Nacionais. Será que  
podemos atribuir todas  
as culpas aos jovens so-  
ciais-democratas dessas

Secções? Penso que não. Será que as Distritais são as responsáveis por este estado de coisas? Em parte terão as suas responsabilidades. Mas que tem feito a CPN/JSD para que o sistema seja diferente, para que não hajam filhos e enteados na JSD? Muitas são as críticas dirigidas à CPN, às diversas CPN's, sobre a existência e manutenção de grupos de privilegiados na Juventude Social-Democrata, muitas delas talvez sem fundamento, mas outras resultantes duma análise desapaixonada e responsável que leva a tais conclusões.

Depois de ter durante anos participado dentro das minhas limitações na actividade política das Secções, hoje interrogo-me se poderemos admitir que em muitos conce-  
lhos os jovens que movi-  
mentam com o seu ar-  
dor, a sua fé, a sua  
disponibilidade, a sua ir-

reverência, as campanhas eleitorais do PSD, não saibam porque princípios se norteia a organização que é a Juventude Social-Democrata, que desconhecem os princípios elementares estatutariamente previstos para criação duma Secção, que ainda recentemente detectei isso, cuidem que na JSD existem senhores

## CARLOS PRETO

boa-vontade que por este Portugal, do Minho ao Algarve e nas Regiões Autónomas nunca deixaram de apostar numa JSD viva, liderante, disposta a aceitar os desafios do futuro e a ser uma consciência crítica e responsável no PSD e na sociedade portuguesa. Sei que é difícil mudar dum dia para o outro, que muitos travões tem surgido e irão continuar a surgir, que há muitos companheiros que pretendem conservar a sua «corte», que pretendem manter os seus privilégios, mas não será assim que invertemos o curso dos acontecimentos e modernizaremos a nossa JSD. É importante que se inicie um debate interno, um maior diálogo, um contacto mais amiúde entre os diversos órgãos da JSD; nacionais, distritais e locais, princípio necessário para que a descentralização se possa começar sobre bases seguras e com determinação. Hoje na JSD vivemos um pouco de costas viradas uns para os outros. É urgente dizer não. É preciso saber dizer não. Queremos continuar mas não podemos permitir que o conservadorismo de alguns domine sobre tentativas inovadoras de outros e em sua consequência nos deparemos com a quebra de militância, com a

morte lenta de algumas Secções, com a não criação de novas Secções e a autênticos «desaires» consecutivos em actos eleitorais para organismos representativos dos estudantes, como é o caso da Associação Académica de Coimbra.

A mudança não se poderá fazer contra ninguém. Não podemos pensar em marginalizar quem quer que seja. Não se poderão criar «apartheid's» na JSD, pois todas as forças são necessárias. Só pela via consensual mas sem transigências no fundamental poderemos avançar no sentido da modernidade. Urge separar o trigo do joio, mas nunca colocarmos dum lado bons e do outro maus, porque na JSD todos somos indispensáveis para conquistarmos o futuro e permitirmos que a JSD comece a viver uma nova era, essa porque lutamos e que nos leva a não desistirmos de apostar forte, convictos de que a JSD representa a Juventude consciente deste País, a Juventude que sabe que sem ela nunca será possível construir um País novo, um Portugal para todas as Portuguesas e Portugueses e onde todos sem discriminações de cor, credo religioso ou político, possam ter direito à plena realização social.



almanaque

## MATOSINHOS — NOVOS ÓRGÃOS

No passado dia 1 de Agosto foi eleita a Comissão Política Concelhia da JSD de Matosinhos, cujo elenco passou a ser:

Presidente: José Carlos Madeira da Rocha Dias  
Vice-pres.: Armando Albino Dias Venâncio  
Secretário: Vitor Miguel da Graça Rocha Ribeiro  
Tesoureiro: José António Dias Figueiredo  
Vogais: Luís António do A. C. Lacerda; Pedro de Sá Pereira; Joaquim Almeida.

### O Futuro é nosso

### Há que construí-lo!



## Debate do Programa do XI Governo Constitucional

Rui Salvada

# A concertação social é uma vitória do País e dos que a protagonizam

Para o Grupo Parlamentar do PSD, que tanto se empenhou na última Legislatura em defender as soluções que sabíamos serem as melhores para o Povo Português, e que tantas vezes foram derrotadas ou adulteradas por outros partidos com representação parlamentar, é especialmente reconfortante a apreciação do Programa que o XI Governo apresenta à Câmara num contexto parlamentar tornado substancialmente diferente na sequência dos resultados eleitorais de 19 de Julho.

Não pelo sentimento narcisista de que nós é que somos os detentores da verdade; não pelo sentimento mesquinho de um qualquer revanchismo que não é o nosso estilo.

O que nos reconforta neste Programa, o que nos reconforta neste novo contexto parlamentar, tem muito maior dignidade: é a certeza que agora temos de que os Portugueses vão poder finalmente construir o país novo por que esperam há treze longos anos. Durante todos esses anos, múltiplas forças paralisantes se conjugaram para que os Portugueses não pudessem concretizar esse sonho de serem cidadãos europeus de estatuto inteiro: no desenvolvimento económico, na afirmação cultural, no respeito internacional. Uma Constituição dogmática, asfixiante, uma lei eleitoral diluidora de lideranças nacionais, a pressão constante de alguma comunicação social estatizada que com frequência confunde abusivamente o seu dever de informar com a violação da consciência dos que suportam financeiramente a sua existência, o fomento da proletarianização de amplos estratos da população, o verbo fácil dos vendedores de promessas e de utopias — nada disto foi bastante em 19 de Julho face à clarividência dos Portugueses.

É assim que a primeira impressão que se colhe ao apreciar este Programa de Governo, que em geral é uma continuidade dos princípios do Programa do Governo anterior, é a de que estamos perante uma espectacular vitória dos Portugueses.

E a segunda é a de que os Portugueses merecem que agora ele se cumpra. Exige-o a coerência do PSD, mas exige-o também o eleitorado que de forma tão clara expressou a sua vontade.

Bem se adivinha que

aqueles que têm do Parlamento a noção comezinhamente utilitária de um órgão que só convém sacrificar quando é politicamente rentável não resistirão à sedução da imagem de tempos passados, e tentarão transpor para a rua as suas frustrações políticas e mais uma mão cheia do seu stock inesgotável de demagogia e outra mão cheia de nada.

Tal estratégia, a concretizar-se, não renderá os frutos perseguidos e virá a saldar-se, como já na vigência do Governo anterior foi possível constatar, por um crescente isolamento dos seus autores. De tais vanguardas, os Portugueses já tiveram a sua conta.

No extenso e bem elaborado documento que é o Programa do XI Governo, assume especial relevância a área do Emprego e da Formação Profissional, matéria a que o Partido de que emana o Governo, Partido Social-Democrata, logo reformista e interclassista, sempre dedicou especial atenção.

Sector onde se joga uma parte importante da cons-

**As propostas contidas no Programa do Governo estão avalisadas pelo voto que milhões de portugueses deram ao PSD pela simples razão de que elas resultam do seu Manifesto Eleitoral.**



do seu Manifesto Eleitoral. É justo destacar algumas delas.

Desde logo a continuação da aposta na Concertação Social. Quem se der ao trabalho, que não é perda de tempo, de folhear os relatos da discussão do Programa do X Governo, onde diversas forças políticas da Oposição espriaram o seu maior cepticismo, direi melhor, a sua total descrença e a crítica mais contundente à exequibilidade de tal objectivo, não poderá deixar de ficar perplexo com a caminho entretanto trilhado.

não só é desejável, mas principalmente é possível, harmonizar interesses que a história social mitificara como exemplo de divergência insanável.

Ao anterior Governo, como ao actual, que pretende aprofundar comum acordo de médio prazo o caminho encetado, cabe o mérito de ter sabido motivar um espírito de solidariedade e de complementaridade de interesses entre Empregadores e Trabalhadores. Mas, nesta matéria, manda a verdade que deve ser sobremaneira realçada a

qualificavam o Governo de arrogante, autoritário, e outro mimos semelhantes!

A Concertação está para ficar porque é um dos princípios básicos em que assenta a actuação do Governo, mas também porque a consciência social não perdoaria aos Parceiros Sociais que não continuassem a assumi-la, como é notório que continuarão a fazer, no sentido de concretizar as fundadas expectativas que os Portugueses nela depositam.

A modernização da legislação laboral é outro dos princípios que, sem surpresa, o Governo inclui no seu Programa. O eleitorado sabia que assim iria acontecer se o PSD constituísse Governo e claramente a avalisou com a votação de 19 de Julho.

Não encaramos as alterações previstas com o espírito de quem repete um ritual sempre defendido e a que se recorre de novo por mera rotina. Defendemos a modernização da legislação laboral como um instrumento fundamental que potenciará condições para o aumento da competitividade e do investimento e, logo, para o aumento de meios de emprego, mas emprego real e não precário.

Os nossos emigrantes, movendo-se no ordenamento laboral europeu, não têm sentido especiais dificuldades em progredir na vida. Entre nós, é mais um fetiche que persiste sem qualquer fundamento credível. É aliás reconhecido por todos aqueles que estão de boa fé que o conjunto do ordenamento jurídico actual penaliza sobremaneira os trabalhadores, por sujeitá-los, quando nada o justifica, à maior das precariedades que é a contratação a prazo.

A proliferação da contratação a prazo não transforma apenas o conceito desse contrato numa verdadeira lei de despedimentos

a prazo, com as consequências sociais e económicas conhecidas, ela é hoje um dos maiores estímulos à não sindicalização dos trabalhadores, isto é, transformou-se num dos mais fortes obstáculos ao fortalecimento do movimento sindical e, até nessa medida, colide com a melhoria e o aprofundamento desejáveis dos instrumentos de intervenção que só uma forte organização dos trabalhadores em torno das suas associações representativas permite.

Por outro lado, a modernização da legislação laboral encontra agora o quadro mais favorável para a sua realização, e é ele o desenvolvimento global da economia que o País tem vindo a conhecer.

Aliás, o aquecimento da economia vai necessariamente estimular a oferta de emprego e, a não ser revista a actual legislação, iríamos assistir a um recrudescimento dos contratos a prazo, isto é à subsistência, agora mais agravada, das condições de insegurança e de precariedade do vínculo laboral.

Finalmente, a legalização laboral em vigor é já reconhecidamente um travão à entrada dos jovens na vida activa. Nós não podemos, com uma rigidez que nada justifica, travar a modernidade que é também uma forma de solidariedade para com os mais novos e, com esse comportamento de avestruz, acabarmos por criar um conflito de gerações no mercado de trabalho que teria o seu quê de originalidade na história social europeia.

Nota importante, no entanto, é que o Governo, socorrendo-se do apoio maioritário que dispõe nesta Assembleia, poderia fazer aprovar, só por si, e com naturalidade, as medidas legislativas que defende no seu Programa. E, apesar disso, fazendo alarde da sua arreigada convicção nos mecanismos da participação social, propõe-se incentivar um trabalho colectivo no Conselho Permanente da Concertação Social, numa prova inequívoca de adesão substancial e não meramente formal ao diálogo e ao protagonismo sociais.

Mesmo os mais tenazes defensores do imobilismo, desde que de boa fé, não poderão deixar de apreciar o resultado desse trabalho e de tê-lo como bom.

Em Portugal, durante muito tempo dedicou-se uma atenção muito parti-

**Ao anterior Governo, como ao actual, que pretende aprofundar com um acordo de médio prazo o caminho encetado, cabe o mérito de ter sabido motivar um espírito de solidariedade e de complementaridade de interesses entre Empregadores e Trabalhadores.**



trução do nosso futuro colectivo e de cuja gestão correcta depende a concretização de muitos dos mais prementes anseios dos Portugueses.

Aos trabalhadores portugueses, que o fenómeno da emigração tem provado serem tão bons como os melhores, só têm faltado um poder político sério que os mobilize, uma organização moderna do trabalho, a desmistificação dos tabus que pretendem fazer das empresas locais de conflitos politicamente insanáveis e de interesses incompatíveis.

As propostas contidas no Programa do Governo estão avalisadas pelo voto que milhões de portugueses deram ao PSD pela simples razão de que elas resultam

Porque a importância da Concertação Social transcende os limites, já de si estimáveis, dos resultados práticos que potenciou. Na verdade, dois factos político-sociais relevantes emanam da institucionalização da Concertação Social: um deles é a nova forma de estar em sociedade porque a sua concretização é o levar à prática daquilo que o PSD e os seus Governos não se têm cansado de repetir: a tarefa de reconstituir Portugal não é responsabilidade única do Governo mas de todas as forças sociais e de todos os Portugueses. É o princípio da participação, do protagonismo social.

O outro, não menos relevante, é a assunção pelos parceiros sociais de que

disponibilidade das Associações Patronais e a adesão consciente e responsável da União Geral de Trabalhadores, que soube interpretar com fidelidade, e porventura com alguma coragem, os anseios dos trabalhadores portugueses.

Instrumento de progresso, inspiração de um clima de paz social, garantia de uma crescente justiça social, a Concertação Social é uma vitória do País e dos que a protagonizam, e uma estrondosa derrota dos eternos adeptos, felizmente cada vez em menor número, do «quanto pior melhor».

E seja-me permitido aqui um desabafo. Que estrondosa derrota também daqueles menos lúcidos, sobre serem menos educados, que

## Debate do Programa do XI Governo Constitucional

# O Governo tem um projecto de regeneração nacional que conta com o apoio da maioria dos portugueses

cular aos problemas da área do trabalho, esquecendo ou subestimando os aspectos do emprego e da formação profissional. Ao privilegiar-se a administração dos conflitos laborais, geriu-se o presente e algum passado turbulento, e dispenderam-se energias, porventura mais rentáveis numa perspectiva de futuro, com o ténico económico existente e até com aquele que era já mais uma ficção que uma realidade socialmente relevante.

Ao debruçarmo-nos sobre a criação de emprego e a formação profissional, estamos, ao invés, a construir o nosso futuro como sociedade que queremos mais próspera, mais justa e mais solidária. O X Governo deu um contributo importante para que esta nova realidade fosse perceptível pelo País, e o actual Governo, no seu Programa, mas desde logo na sua orgânica ao optar por um Ministério do Emprego e Formação Profissional, dá-nos a garantia que vai sedimentar essa opção e com ela garantir que se enfronte com sucesso o choque europeu.

A política de emprego não é a criação administrativa de postos de trabalho no sector público nem a manutenção artificial do emprego nas empresas, e não se optimiza por simples decreto-lei: ela está indissolúvelmente ligada a um conjunto coerente de medidas de natureza económica, financeira e social, que na vigência do Governo anterior, se saldou pela recuperação significativa do emprego, e que o actual Governo dá todas as garantias de continuar a assegurar: a aposta na constituição de unidades de mais trabalho intensivo; em políticas que tendam a diminuir a rigidez da mão de obra; na formação e na flexibilidade dos mercados de trabalho e emprego; no desenvolvimento regional como factor de diversificação das oportunidades de emprego e de estímulo ao primeiro emprego. E, sobre tudo isto, a manutenção do clima de confiança e optimismo que o X Governo transmitiu ao País lembrando aos Portugueses que eles são capazes e que em Portugal é possível viver melhor.

Neste contexto, a formação profissional adquire uma especial importância não só como dissuasor da retracção do emprego, ga-

rantindo aos que estão empregados a adaptação permanente à inovação tecnológica e às exigências concorrenciais, mas também como instrumento de reconversão de presumíveis desempregos em manutenção de empregos. A formação profissional é uma medida verdadeiramente estruturante porque se a nossa taxa de desemprego não é superior à média europeia, são, no entanto, preocupantes as razões estruturais do desemprego que penalizam sobremaneira os desempregados de longa duração, os jovens e os que não têm adequada qualificação profissional.

Tudo razões para que se sublinhe esta aposta forte do Governo e se depositem nela fundadas expectativas.

Assunção plena das virtualidades da Concertação Social, da modernização da legislação laboral, da formação profissional e da criação de emprego — eis quatro áreas privilegiadas que contribuirão decisivamente para a modernização do País, para a melhoria das condições de vida dos Portugueses e para um relançamento dos jovens na

**A modernização da legislação laboral encontra agora finalmente o quadro mais favorável para a sua realização, e é ele o desenvolvimento global da economia que o País tem vindo a conhecer.**

balhadores que apenas assistiram à substituição da anterior entidade patronal pelo Estado-patrão que se tem revelado em regra incapaz de assegurar o progresso das empresas e o futuro dos postos de trabalho que elas proporcionam;

— Não ganhou o cidadão comum que tudo paga;

— Não ganhou o País em geral, que passou a ter empresas deficitárias em vez de empresas lucrativas, empresas estagnadas em vez de empresas inovadoras.

fendido no Programa de Governo, da socialização do capital, privilegiando-se a disseminação do capital social pelos trabalhadores e pelas famílias portuguesas.

Esta opção, que não agrada aos maximalistas, deve ser saudada como um importante factor de equilíbrio social. A crescente desproletarização dos portugueses, de que este é mais um forte motivo de esperança, é a garantia de que iremos construir alicerces sólidos onde assentará o País moderno e mais justo que os Portugueses dese-



gum lucro fácil de certos pais ou de certos empresários, são prematuramente afastados do seu ambiente escolar e dos doces sonhos que a idade reclama.

Senhor Presidente  
Senhor Primeiro Ministro e Membros do Governo  
Senhores Deputados

Que o Governo tem um Programa credível, que tem um projecto de regeneração nacional, que tem o apoio maioritário dos Portugueses, é hoje um facto visível e notório. Mas este ciclópico projecto de regeneração merece que ninguém deixe de contribuir com a sua quota parte: é decisiva a contribuição da vontade de cada um dos Portugueses. E porque se trata de modernizar o País e de o colocar ao nível dos países desenvolvidos da Europa — mas também de reforçar a solidariedade, aumentar o emprego, melhorar o nível de vida — assume especial importância a postura de Empresários e Trabalhadores.

A modernização de Portugal, pese embora o total empenhamento do Governo, só será possível em todas as suas consequências com o contributo de empresários modernos que tenham uma visão social da empresa, onde o lucro imediato e fácil ou o paternalismo sejam substituídos pelo novo fôlego que decorre do risco conscientemente assumido, e por isso legitimamente remunerador, e pela aposta na inovação e no diálogo construtivo e permanente com os trabalhadores, numa óptica saudável que privilegie o espírito de colaboração em detrimento do espírito de subordinação.

Mas também só será possível em todas as suas consequências positivas com o contributo das organizações de trabalhadores organizações lúcidas, conscientes de que os interesses daqueles que representam não passam por uma estratégia de ruptura, mas sim por uma estratégia de diálogo; não passam pela ruína das empresas, isto é, pelo absentismo, pela fraca produtividade, por exigências irrealistas, pela resistência à mudança, mas sim pela existência de empresas modernas, dinâmicas e rentáveis.

Que todos sejamos dignos dos trabalhadores portugueses e da hora que passa!

**Deixamos para os salvadores profissionais dos trabalhadores o arvorar das bandeiras e o deitar dos foguetes, os eternos discursos grandiloquentes em sua pretensa defesa mas que os trabalhadores se recusam crescentemente a ouvir, as promessas prometidas e sempre adiadas.**



vida activa. Mas não é possível, nesta abordagem de questões que têm a ver com o factor trabalho, necessariamente contida nas limitações do tempo disponível, deixar de referir mais duas breves notas.

A primeira tem a ver com a reforma do Sector Empresarial do Estado. São bem conhecidas as consequências da colectivação da economia portuguesa resultantes do 11 de Março. Ninguém ganhou, ou só ganhou quem não merecia, com tal situação:

— Não ganhou o ambiente de confiança para potenciais investidores;

— Não ganharam os tra-

É, pois, necessário desmantelar o «11 de Março de 1975» com a prudência e o ritmo suficientes para que as necessidades de adaptação, inerentes a qualquer mudança, não sirvam de pretexto nem de arma favoráveis a quem se opõe a tal atitude por preconceito ideológico ou por receio de perdas de posições.

Racionalizar, redimensionar, rentabilizar o sector público que deverá deixar de ser sorvedouro insaciável de dinheiros públicos, eis inestimável serviço prestado ao País. Mas outro não menor, e esse queria especialmente aplaudir, tem a ver com o princípio de-

jam e merecem. É, ademais, um exemplo claro que faz a diferença: deixamos para os salvadores profissionais dos trabalhadores o arvorar das bandeiras e o deitar dos foguetes, os eternos discursos grandiloquentes em sua pretensa defesa mas que os trabalhadores se recusam crescentemente a ouvir, as promessas prometidas e sempre adiadas; nós ficamos-nos por objectivos bem mais próprios do comum dos mortais e muito menos barulhentos — a resolução dos seus problemas concretos, a outorga de um estatuto adulto de inserção do homem na sociedade, a permanente aposta nos

portugueses.

A segunda nota tem a ver com o trabalho infantil e com a necessidade também defendida pelo Governo de vir a ser objecto de especiais atenções. Ontem mesmo, assistimos, a propósito de uma pergunta formulada ao Senhor Primeiro Ministro, a uma das formas por que ele não deve ser abordado e, porventura, a mais torpe: o aproveitamento demagógico, para não usar um termo mais adequado, de um grave acidente para desferir ataques ao Governo.

O problema do trabalho infantil está perfeitamente localizado em termos de geografia social, e a sua superação não está, como em muitos outros problemas de ordem económico-social, apenas na disponibilidade do Governo; com propriedade se dirá, mesmo, que o não está em primeira linha.

É, antes de mais, um problema a resolver no âmbito da Família. Os pais são, por direito e por dever, educadores, são porventura trabalhadores, talvez até sindicalistas, e a eles compete um fenómeno cultural que deve ser combatido com o empenhamento de todas as forças sociais, associações cívicas, associações sindicais, as próprias autarquias.

O chamamento à participação da sociedade civil no nosso desenvolvimento colectivo, a que o Governo dá especial realce, tem ainda aqui uma justificação objectiva e verdadeiramente mobilizadora.

Vamos, pois, todos, Governo e Oposição, pais e educadores, empresários e sindicalistas, mobilizar-nos nesta solidariedade que nos é minimamente exigível para com aqueles rapazes e raparigas que, por deficiências culturais ou pela não resistência à sedução de al-

## PROGRAMA DO XI GOVERNO CONSTITUCIONAL

Aprovado na Assembleia da República, o Programa do XI Governo Constitucional é um documento que interessa a todos os portugueses, pois nele estão contidas as linhas mestras que orientarão a actuação do Governo nos próximos quatro anos. Por outro lado, as responsabilidades acrescidas dadas aos sociais-democratas pelo resultado das eleições legislativas de 19 de Julho impõem a todos eles um conhecimento mais aprofundado dos traços fundamentais de um programa de governo a que estão fundamentalmente ligados, porque consubstancia a linha programática do PSD e visa uma prática inteiramente identificada com a Social Democracia.

# I — Organizar o Estado fortalecer a democracia

## 3. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Num sistema político democrático estabilizado os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos terão de estar plena e permanentemente garantidos.

Imperioso se torna, pois, que a autoridade democrática do Estado seja exercida de forma permanente, eficaz e equilibrada, proporcionando um clima de união e solidariedade entre os portugueses.

### Segurança Interna

A segurança interna constitui factor essencial ao progressivo fortalecimento da democracia, garantindo a tranquilidade e a confiança necessárias à criação de riqueza, à consolidação do progresso e à promoção do bem-estar social.

Dando resposta às solicitações que se colocam no domínio da segurança interna o Governo continuará a tomar medidas orientadas pela ideia base em que assenta a sociedade democrática: constituir-se sobre a sua liberdade e não sobre os seus medos.

Com a recente aprovação da «Lei de Segurança Interna» está definido o conceito global de segurança interna, o qual integra na mesma actividade, as forças e serviços que garantem a ordem e a tranquilidade públicas, protegem pessoas e bens, previnem a criminalidade e contribuem para o normal funcionamento das instituições democráticas.

Há agora que elaborar e implementar um conjunto de normas nacionais de segurança que façam dou-

trina, nos campos da segurança física, segurança de meios e processos de transmissão, segurança informática, segurança de matérias qualificadas e segurança industrial, para salvaguarda dos interesses nacionais.

Para a prossecução eficaz dos objectivos e finalidades da política de segurança interna o Governo continuará a promover o reforço da cooperação técnica e operacional entre as forças e os serviços de segurança, de modo a obter uma actuação coordenada, dentro dos limites dos respectivos enquadramentos orgânicos, e definirá linhas de orientação para melhorar a formação, especialização e actualização do pessoal, criando, assim, as condições indispensáveis para que todos cumpram de forma eficiente e digna as missões que lhes estão atribuídas.

O Governo continuará ao mesmo tempo a desenvolver acções, com sentido predominantemente pedagógico, capazes de suscitar o melhor relacionamento cívico entre os agentes das forças de segurança e o público em geral.

Serão reforçadas as modalidades de cooperação entre as forças de segurança e as autarquias, com vista à melhoria do clima de segurança e tranquilidade ao nível das comunidades locais.

As forças e serviços de segurança competirá, antes do mais, exercer uma acção de prevenção, através do controlo e combate dos factores que mais contribuem para o aparecimento

e alastramento da criminalidade, procurando reduzir as condições propícias ao seu nefasto desenvolvimento.

O Governo prosseguirá

com firmeza a luta contra a criminalidade, quaisquer que sejam as formas por que ela se evidencie, destacando-se, como prioritário, o combate à criminalidade violenta e organizada, ao tráfico e consumo de droga. Ao mesmo tempo, a prevenção da criminalidade juvenil merecerá uma particular atenção do Governo, que não descurará quer as medidas que estimulem a acção da família, da escola, das associações cívicas e dos grupos de cidadãos no acompanhamento e protecção de jovens, quer as que respeitam à segurança dos estabelecimentos de ensino.

De acordo com as respectivas prioridades e exigências operacionais, e tendo em consideração os condicionamentos resultantes da política orçamental global, o Governo manterá uma política de modernização, reequipamento e reapetrechamento, em meios humanos e materiais, das forças de segurança, para obter melhorias qualitativas e quantitativas da sua capacidade operacional.

Serão tomadas iniciativas legislativas tendentes à revisão de normas reguladoras da entrada, permanência, saída, expulsão e concessão de asilo a estrangeiros em território nacional, que se encontram já desajustadas, bem como à respectiva coordenação e harmonização com a política de imi-

gração da Comunidade Europeia.

No âmbito dos objectivos definidos no seio da Comunidade Europeia e tendo em consideração a necessidade de prossecução de políticas integradas de segurança interna, de modo a serem estimulados o civismo e a tolerância e reduzidos os níveis de violência, o Governo continuará a fomentar a cooperação entre as forças e os serviços de segurança portugueses e as organizações suas congéneres dos restantes países da Comunidade.

Ao mesmo tempo, o Governo valorizará as componentes cívicas da educação, possibilitando uma mais perfeita consciencialização da juventude em matéria de direitos, liberdades e garantias e evitando a exaltação inconsciente da violência.

No mesmo sentido ampliar-se-ão os meios de divulgação, formação e prevenção tendentes a reduzir a violência no desporto.

No plano legislativo, o Governo dará especial prioridade à aprovação da legislação complementar da Lei de Segurança Interna e, completando o conjunto de instrumentos jurídicos necessários ao enquadramento da actividade das forças de segurança, submeterá à aprovação da Assembleia da República um novo Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.

O Governo apresentará, por outro lado, à Assembleia da República uma proposta de «Lei de Bases de Protecção Civil» com a finalidade de reduzir a probabilidade de ocorrência de desastres e minimizar os efeitos devastadores de catástrofes e calamidades.

Neste mesmo sentido,

continuarão a ser tomadas as medidas preventivas indispensáveis, será melhorada a coordenação operacional entre os vários intervenientes nas acções de protecção civil e será reforçada a articulação entre o Serviço Nacional de Protecção Civil e o Conselho Nacional do Planeamento Civil de Emergência.

Continuar-se-á, através de uma adequada acção interministerial, a dar a maior atenção à protecção e preservação da floresta contra incêndios, mediante campanhas de prevenção, vigilância e combate e promovendo-se a actuação concertada das entidades para tal vocacionadas; por outro lado, serão atribuídos meios materiais e financeiros adequados ao combate desse flagelo que tão dolorosos e devastadores efeitos produz na comunidade nacional.

O Governo procederá igualmente à regulamentação do Estatuto Social do Bombeiro e apoiará o apetrechamento e a reestruturação do Serviço Nacional de Bombeiros. Na mesma linha de preocupações, será estimulada a rápida instalação da tão necessária Escola Nacional de Bombeiros.

### Legislação Eleitoral

Importante tarefa que o Governo irá igualmente prosseguir é a que conduzirá à codificação e aperfeiçoamento da legislação eleitoral bem como da legislação relativa ao recenseamento, de forma a que fique facilitado o respectivo conhecimento, reforçando-se a confiança dos cida-

dãos no próprio sistema eleitoral.

Neste esforço de codificação importa introduzir alguns aperfeiçoamentos, nomeadamente a aceleração e simplificação do processo de oficialização dos resultados eleitorais.

No âmbito das eleições legislativas, importa, na medida em que a Constituição o consinta, encetar a redução do número de Deputados à Assembleia da República, encurtar o prazo previsto para a marcação da data das eleições e aproximar eleitos e eleitores, assegurando um equilíbrio ponderado entre os valores da fidelidade na representação e da estabilidade institucional.

No mesmo contexto e no que respeita à lei eleitoral para as autarquias locais deve proceder-se à respectiva alteração no sentido de facilitar a formação de executivos municipais maioritários, atribuindo-se assim mais eficácia às Câmaras Municipais e proporcionando aos eleitores a possibilidade de melhor apreciarem os resultados da respectiva gestão.

Quanto à lei eleitoral para o Parlamento Europeu importa, nomeadamente, eliminar inelegibilidades absurdas como sejam as que respeitam aos membros do Governo e de órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Por último, o Governo considera necessário rever a legislação relativa às eleições presidenciais no sentido de conferir direito de voto aos portugueses não residentes se, como é desejável, tal direito vier a ser consagrado no âmbito da próxima revisão constitucional.

# A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

## Trancoso

# Aposto no desenvolvimento e progresso do concelho

(Continuação da página 12)

parte desse programa, porque há a possibilidade de explorarmos investimentos sociais, nomeadamente para exportação de tecnologia. Eles têm algumas patentes e dão o «know-how» e as patentes e nós fornecemos o investimento, com uma garantia de exportação por 10 anos. São coisas bastante interessantes.

Assim, este interior vai ter facilidades para poder dar o seu salto qualitativo em matéria industrial nas novas tecnologias. Porque não se trata de um produtor para consumo interno mas para exportação, cremos que haverá toda a vantagem em participar neste projecto, que também dará novas oportunidades à nossa mão-de-obra.

Além dessas há outras iniciativas, nomeadamente de penetração no mercado alemão com produtos do nosso artesanato, estando a



ser feitos alguns contactos que podem vir a ser bem sucedidos.

Não pode ser esquecido, contudo, que a mão-de-obra portuguesa para entrar nos circuitos internacionais entra em concorrência com mão-de-obra muito mais barata, como a chinesa e outras de países do terceiro mundo, além de Macau e Hong Kong.

Uma forma de se conseguir a exportação de determinados produtos será a constituição de uma cooperativa de exportação de todo o interior, que abranja dois ou três distritos, na qual as firmas entrem apenas, como capital, com a própria produção, estando a saída para esses produtos na criação de uma imagem «standard» na própria Europa. Isto é, como sucede com a alta costura francesa ou a sapataria italiana, também temos produtos portugueses.

## Braga

## Faleceu Jorge Caseiro

O vereador social democrata da Câmara de Braga Jorge Caseiro faleceu em Londres, aonde tinha ido com o objectivo de fazer uma operação de transplante de fígado.

Jorge Caseiro era natural de Paranhos (Porto), residindo na freguesia de Palmeiras, Braga, cidade onde exercia a advocacia.

Fora membro da comissão política de secção de Braga e era, desde o início de 1986, vereador a tempo inteiro na câmara municipal de Braga.

Com apenas 33 anos, o partido tinha já contraído para com ele uma dívida imensa.

Jorge Caseiro, com efeito, demonstrava uma rara generosidade e uma invulgar capacidade para enfrentar as situações mais complexas. Leal e fiel aos compromissos assumidos, prezava o diálogo e ponderava cuidadosamente as vias

mais adequadas para atingir os objectivos em que se empenhara.

Enfrentando com serenidade os riscos e não se esquivando aos sacrifícios, prosseguia tenazmente a via traçada, mesmo quando chocava com atitudes de incompreensão.

Era avesso a todas as formas de promoção pessoal: muito do que fez pelo PSD e por Braga terá passado despercebido ou seria atribuído ao mérito alheio.

Para quem teve o privilégio de acompanhar o seu percurso — breve, mas profundamente coerente —, fica a mais viva saudade pela perda de um amigo e companheiro que, sendo desprendido como poucos, deu um exemplo único de empenhamento pelo bem comum.

«Povo Livre» presente à família de Jorge Caseiro as mais sentidas condolências.

## Monumento a Sá Carneiro na cidade do Porto

HOMENAGEM AO HOMEM  
AO COMPANHEIRO,  
AO LÍDER  
AO POLÍTICO  
E AO ESTADISTA  
NA SUA TERRA NATAL

COLABORE • PARTICIPE  
CONTRIBUA

COMISSÃO PRÓ-MONUMENTO  
A FRANCISCO SÁ CARNEIRO

RUA GUERRA JUNQUEIRO, 64  
APARTADO 4920 • 4016 PORTO CODEX  
TELEFS. 62166-62167 • TELEX 25405

LEIA E DIVULGUE  
POVO LIVRE

ÓRGÃOS LOCAIS  
PARTICIPEM  
E DIVULGUEM  
O «POVO LIVRE»

## CONVOCATÓRIAS

## Aveiro

Ao abrigo do disposto no artigo 37.º dos Estatutos e no artigo 7.º do Regulamento Distrital, convoca-se a Assembleia Distrital para o acto eleitoral dos órgãos distritais, no próximo dia 23 de Outubro, com início às 19 horas, na sede distrital do Partido, sita na Rua José Estêvão, n.º 10 - 1.º andar, em Aveiro, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Votação das listas admitidas a sufrágio para a eleição dos órgãos distritais do PSD, para o mandato 1987/89:

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Comissão Política Permanente Distrital e;
- Conselho de Jurisdição Distrital.

## Castelo Branco

Nos termos do Artigo 49.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Concelhia, para uma reunião a realizar no próximo dia 25 de Setembro, pelas 21H30, na sede do Partido, em Castelo Branco, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação política.

## Montijo

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção do Montijo, para um pleatório a realizar no próximo dia 18 de Setembro de 1987 pelas 21 horas, na Sede Concelhia (Praça da República), com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da Situação Política Actual.

## Porto-Campanhã

De acordo com as disposições Estatutárias, convocam-se os militantes da Secção de Campanhã, para tomar parte na ASSEMBLEIA DA SECÇÃO, que terá lugar no dia 2 de Outubro de 1987, pelas 21 horas, na sua sede sita à Rua de Contumil n.º 653, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

- a) Apreciar e votar as Contas da Secção
- b) Análise da situação político-partidária.

## Porto-Campanhã

Ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 2 do Art. 48.º dos Estatutos, convocam-se os militantes da Secção de Campanhã para tomar parte na Assembleia Eleitoral, que terá lugar no dia 8 de Outubro de 1987, pelas 21 horas, na Sede da Secção do PSD, sita à Rua de Contumil n.º 653, com a seguinte:

## ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos Órgãos da Secção para o biénio 1987/88
- Mesa da Assembleia
- Comissão Política da Secção
- Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital

A SOCIAL-DEMOCRACIA  
PARA PORTUGAL

# Povo Livre

Semanário sai às quartas-feiras	Preço avulso Assinatura - Portugal	30\$00
PROPRIEDADE PSD - Partido Social Democrata	Semestral Anual Apoio	700\$00 1250\$00 2000\$00
Director interino: CORDEIRO PEREIRA	Composição e Impressão: Mirandela & C.ª (Irmão), Lda Trav. Condessa do Rio, 7-9 1200 LISBOA	
Redacção Telef. 67 67 57 / 60 21 40	Distribuição: VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda Rua Joaquim António de Aguiar, 433ª, Dto 1000 LISBOA	
Serviços Administrativos (Assinaturas) Telef. 60 93 79 / 60 21 40		
R. de Buenos Aires, 39 1296 LISBOA CODEX		
Depósito legal n.º 1970/83		

## SOCIAIS-DEMOCRATAS NAS AUTARQUIAS

# APOSTA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O PROGRESSO DE TRANCOSO

Centro geográfico privilegiado e importante centro comercial das Beiras, o Concelho de Trancoso está a alcançar uma nova fase de desenvolvimento, não obstante as dificuldades provocadas pela interioridade, graças a uma nova forma de encarar a resolução dos seus problemas, agora considerados numa perspectiva de longo prazo, de enquadramento global.

A grande força do desenvolvimento económico e social da região está a ser a Câmara Municipal de Trancoso, liderada pelo social-democrata Júlio Saraiva Sarmiento, empenhada na melhoria da qualidade de vida das populações e na criação de empregos e novas fontes de rendimentos, com soluções que revelam criatividade e vontade de vencer.

«Povo Livre» — Que principais obstáculos se lhe têm deparado para resolver os problemas do concelho?

Júlio Saraiva Sarmiento — O facto de o PSD ter alcançado nas últimas eleições autárquicas, e pela primeira vez, a maioria absoluta, motivou que a actual gestão não deparasse com os obstáculos institucionais na própria Câmara e permitiu o maior à vontade para enfrentar os problemas diários.

Neste concelho, como em todo o interior, subsistem problemas de subdesenvolvimento, que lhe advêm da deficiência e da fragilidade do seu tecido produtivo, de uma má acessibilidade rodoviária, de uma falta de preparação industrial, de ausência de um mercado de consumo, de ausência ainda de uma política para definir o sector agrícola e industrial. Efectivamente, até do ponto de vista cultural isso se reflecte em qualquer programa de desenvolvimento.

Nós aqui no Concelho de Trancoso temos a percepção de que as câmaras municipais hoje em dia ultrapassaram já esse primeiro estado de actividade autárquica, de promover o desenvolvimento social através da realização de infra-estruturas para melhorar a qualidade de vida, para passar, sem esquecerem obviamente essas atribuições de fomento que lhes vêm das normas administrativas, a um segundo estágio, justamente por se sentirem motoras do desenvolvimento económico da sua região, planeando a sua actuação prática em todos os domínios com uma pers-

pectiva sempre muito concreta do impacto económico das medidas de todos os dias.

«P. L.» — Isso quer dizer que, aqui em Trancoso, todos os problemas de infra-estruturas básicas já estão resolvidos, designadamente os de água e saneamento, estradas e cami-



Edifício dos Paços do Concelho de Trancoso

mento, estradas e caminhos, etc.?

J. S. S. — Não, ainda não estão. O que eu queria dizer era que evidentemente as nossas principais dificuldades, residem nessa falta de apoio, nessa deficiência do tecido produtivo, nessa deficiência de carácter estrutural. Essas é que são as nossas principais dificuldades.

Assim, deve vincar-se que todas as nossas dificuldades são, afinal, o corolário de um primeiro problema, essencialmente a circunstância do subdesenvolvimento do interior criar

problemas como o problema cultural, criar problemas como o da falta de técnicos, da falta de desenvolvimento. Imediatamente, tudo isso se relaciona com o atraso das infra-estruturas, quer hidráulico, de saneamento e águas, quer de rede viária, em termos de estradas municipais.

Mas, como digo, sendo neste momento a principal preocupação e prioridade da Câmara sentir-se motora do desenvolvimento económico da região, evidentemente que tem como principal problema o obstáculo da ausência de estruturas produtivas e o subdesenvolvimento do interior.

«P. L.» — Considerando a Câmara como motora do desenvolvimento, entende

mento verdadeiramente integrado, em vez de se particularizarem determinadas áreas e esquecerem outras, cada vez mais deprimidas.

Creio também que foi favorável a circunstância de termos começado a planear a actividade executiva de outra maneira, profissionalizando ao máximo os diversos sectores da câmara, criando um gabinete económico que ficará com a missão de dar apoio aos agentes privados e também concertar, numa outra perspectiva, toda a acção da própria câmara, nomeadamente ligando e preparando os projectos aos fundos estruturais da Comunidade Económica Europeia. E ainda a circunstância de termos feito uma reflexão

que a gestão camarária tem tido êxito?

J. S. S. — Eu penso que sim, porque, evidentemente, esta percepção começa a ser sentida em muitos quadrantes sociais e institucionais. Hoje, com a criação, de forma mais afortunada, do Gabinete da Raia, que agrupa 11 câmaras, da Guarda a Castelo Branco, em que se procura dar incidência grande aos problemas de desenvolvimento económico, as câmaras e outros serviços públicos estão empenhados numa acção concertada para a promoção de um desenvolvi-

séria sobre o futuro do interior e sobretudo o futuro desta zona, uma zona definida, com poucas instalações industriais e também com pouca possibilidade de desenvolvimento industrial, uma vez que a indústria para ser rentável tem de ter um determinado nível de produção, e estando os centros de consumo muito dispersos, evidentemente que os custos acrescidos em matéria de transportes em relação ao produto final não dão competitividade ao próprio produto. Assim, a falta de uma rede de escoamento também se torna



um obstáculo ao desenvolvimento industrial. Evidentemente que é o Estado que tem de equacionar muitas dessas questões e encontrar para elas as melhores soluções.

Dentro da perspectiva que entendemos de actividade autárquica, de termos feito uma reflexão muito séria sobre qual o desenvolvimento que a longo prazo interessaria ao concelho, entendemos que para além do desenvolvimento comercial, dada a situação geográfica de Trancoso, que tem uma tradição mercantil, era fundamentalmente no turismo e em alguns sectores da agricultura, como são a floresta, e da agro-pecuária, nos ovinos e caprinos, que estaria um pouco a visão do futuro, uma vez que daqui a 9 anos o impacto da CEE implica a transformação das estruturas da nossa agricultura.

Enfim, dentro desta perspectiva, vamos trabalhando em conjunto com as outras autarquias, procurando que todos os nossos investimentos, mesmo por mais simples que sejam, sejam todos eles concertados, e que o produto final desta concertação seja fundamentalmente a prioridade do desenvolvimento económico.

«P. L.» — Quer referir-se com maior pormenor ao sector turístico?

J. S. S. — Quando falei de turismo falei na óptica parcial do desenvolvimento desta região, para a qual temos um programa pioneiro com uma associação alemã, com sede em Hanover. Trata-se de uma associação particular; com fina-

lidade social, que tem vários programas muito interessantes no domínio da formação e do desenvolvimento do interior.

Temos estado em contacto com essa associação, designadamente já nos deslocamos a Hanover e temos procurado reunir à iniciativa outros municípios, vamos alargar algumas experiências e a primeira experiência que fizemos foi no turismo académico, com o nome de férias alternativas, em que os jovens vêm para casas de família, com o devido enquadramento, iniciativa que está a ser acompanhada pela Secretaria de Estado do Turismo.

Os jovens vêm por 15 dias, estão um dia em St. Jean de Luz, no Sul da França, à vinda, e passam aqui depois 9 dias; à volta passam de novo por St. Jean de Luz, onde permanecem mais dois dias. Este ano o movimento aumentou, foi mesmo alargado a outros concelhos e promete incrementar no futuro.

E esta iniciativa está a ter tanta repercussão que uma revista alemã de turismo, publicada pela Acção Católica, quando se refere a Portugal apenas fala de Trancoso, a cuja história e cultura se dedica.

Em termos de publicidade, nós temos feito efectivamente um esforço grande, tanto que vamos ter aqui também pessoas dos países nórdicos, além dos alemães que já referi. O nosso objectivo é alargar este tipo de iniciativa, que este ano já inclui Vila Nova de Foz Côa e Méda.

E esta é apenas uma